

## SUMÁRIO

<i>Nota à 26ª edição</i> .....	7
<b>PARTE I — INTRODUÇÃO</b> .....	27
Capítulo I — <b>O DIREITO ADMINISTRATIVO E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO</b>	
<i>I — As funções do Estado</i> .....	29
<i>II — Os critérios de distinção das funções do Estado</i> .....	32
<i>III — A função política ou de governo</i> .....	36
<i>IV — O Direito Administrativo</i> .....	37
<i>V — Origem do Direito Administrativo</i> .....	38
<i>VI — As bases ideológicas do Direito Administrativo</i> .....	43
<i>VII — O regime jurídico-administrativo</i> .....	52
<i>VIII — Conceito jurídico de interesse público</i> .....	58
<i>Direito subjetivo público, 62; Interesses primários e secundários do Estado, 65</i>	
<i>IX — Conteúdo do regime jurídico-administrativo</i> .....	69
<i>a) Supremacia do interesse público sobre o privado, 69;</i>	
<i>b) Indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos, 73</i>	
<i>X — Valor metodológico da noção de regime administrativo ...</i>	87
Capítulo II — <b>PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO</b>	
<i>I — Princípios expressos e implícitos</i> .....	95
<i>1ª) Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 96; 2ª) Princípio da legalidade, 99; 3ª) Princípio da finalidade, 106; 4ª) Princípio da razoabilidade, 108; 5ª) Princípio da proporcionalidade, 110; 6ª) Princípio da motivação, 112; 7ª) Princípio da impessoalidade, 114; 8ª) Princípio da publicidade, 114; 9ª) Princípios</i>	

*do devido processo legal e da ampla defesa, 115; 10<sup>a</sup>) Princípio da moralidade administrativa, 119; 11<sup>a</sup>) Princípio do controle judicial dos atos administrativos, 120; 12<sup>a</sup>) Princípio da responsabilidade do Estado por atos administrativos, 121; 13<sup>a</sup>) Princípio da boa administração, 122; 14<sup>a</sup>) Princípio da segurança jurídica, 123*

- II** — **Restrições excepcionais ao princípio da legalidade**  
*a) Medidas provisórias, 126; b) Estado de defesa, 134; c) Estado de sítio, 135*

**PARTE II — OS SUJEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO** .....

137

**Capítulo III — A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

- I** — **Os órgãos e as competências públicas** ..... 139  
*Órgãos públicos, 140; Classificação dos órgãos, 141; Competências públicas, 142 (Conceito de competência, 144)*
- II** — **Insurgência na via administrativa contra o exercício das competências: pedido de reconsideração, recurso hierárquico, reclamação administrativa, representação e denúncia** ..... 146
- III** — **Centralização e descentralização administrativa** ..... 149  
*Desconcentração, 150; A hierarquia e os poderes do hierarca, 150; Distingão entre descentralização e desconcentração, 151; O controle, 151*
- IV** — **Organização administrativa da União: Administração direta e indireta** ..... 152  
*Administração direta da União, 153; Critério classificador do Decreto-lei 200, 155; Entes paraestatais, 157*

**Capítulo IV — FIGURAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E ENTIDADES PARALELAS** .....

160

- I** — **Autarquias**  
*Conceito, 160; Regime jurídico, 161 (a) Relações com a pessoa que as criou, 162; b) Relações com terceiros, 165; c) Relações internas, 167); Autarquias especiais ou sob regime especial, 169; Agências reguladoras, 169; Agências executivas, 181*
- II** — **Fundações públicas**  
*Conceito legal: impropriedade, 183; Natureza das fundações públicas, 185*

<b>III</b>	— <b><i>Empresas públicas e sociedades de economia mista</i></b> <i>Conceito de empresa pública, 186 (Conceito legal: impropriedade, 187); Conceito de sociedade de economia mista, 190 (Conceito legal: impropriedade, 191); As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista, 193; Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: conseqüências, 193; Critérios para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado, 196; Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista, 198; Empresas estatais e concessão de serviço público, 199; A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de Direito Privado. Normas constitucionais, 201; O regime jurídico das empresas estatais, 203 (a) Relações com a pessoa que as criou, 204; b) Relações com terceiros, 207; c) Relações internas, 219)</i>	
<b>IV</b>	— <b><i>Figuras jurídicas introduzidas pela Reforma Administrativa</i></b> .....	221
	<i>Contrato de gestão, 224; Contratos de gestão entre Estado e entidades da Administração indireta, 225 (O art. 37, § 8º, da Constituição, 231; Contrato entre órgãos?, 233); Contratos de gestão entre o Estado e as “organizações sociais”, 235; Organizações sociais, 235; Organizações da sociedade civil de interesse público, 241</i>	
<b>Capítulo V — SERVIDORES PÚBLICOS</b>		
<b>I</b>	— <b><i>Agentes públicos</i></b> .....	243
<b>II</b>	— <b><i>Classificação dos agentes públicos</i></b> .....	246
	<i>a) Agentes políticos, 246; b) Servidores estatais, 247 (Servidores públicos: conceito e espécies, 248; Servidores das pessoas governamentais de Direito Privado, 249); c) Particulares em colaboração com a Administração, 249</i>	
<b>III</b>	— <b><i>Os servidores estatais na Constituição: titulares de cargos e ocupantes de empregos</i></b> .....	250
	<i>a) Cargos públicos, 251; b) Funções públicas, 252; c) Empregos públicos, 252</i>	
<b>IV</b>	— <b><i>Natureza da relação jurídica entre os titulares de cargos e o Poder Público</i></b> .....	253
<b>V</b>	— <b><i>Natureza da relação jurídica entre os ocupantes de emprego e as entidades governamentais</i></b> .....	254
<b>VI</b>	— <b><i>Âmbito de aplicação do regime de emprego e do regime de cargo</i></b> .....	255



- VII** — *Objeto das normas constitucionais sobre pessoal* ..... 262
- VIII** — *Normas de contenção de despesas com os servidores estatais*
- a) *Limite global de despesas com pessoal*, 263; b) *Previsão orçamentária e na lei de diretrizes para alterações*, 268; c) *Proibição à União e Estados de aportarem recursos a outros níveis de governo para despesas de pessoal*, 268
- IX** — *Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos*
- a) *Criação de remuneração por subsídios*, 268; b) *Limite de remuneração*, 270; c) *Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário*, 274; d) *Proibição de vinculação de vencimentos*, 274; e) *Cálculo de acréscimos pecuniários*, 275; f) *Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração dos servidores públicos*, 275; g) *Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração*, 275
- X** — *Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais (titulares de cargos ou empregados)* ... 276
- a) *Acessibilidade aos cargos e empregos: concurso público*, 276 (Admissão e dispensa nas estatais, 280); b) *Contratação excepcional sem concurso*, 281; c) *Direito de greve e de sindicalização*, 282; d) *Proibição de acumulação remunerada*, 283; e) *Sanção por improbidade administrativa*, 284
- XI** — *Regime constitucional dos servidores públicos titulares de cargos* ..... 285
- a) *Irredutibilidade de vencimentos*, 285; b) *Alguns direitos equivalentes aos dos empregados*, 285; c) *Estabilidade*, 286; d) *Disponibilidade*, 287; e) *Aposentadoria e proventos*, 288; f) *Requisitos para aposentadoria e correspondentes proventos*, 288; g) *Forma de cálculo dos proventos de aposentadoria e das pensões*, 289; h) *Tratamentos específicos em atenção a situações transitórias*, 292; i) *Contribuição previdenciária*, 295; j) *Atualização de proventos e pensões*, 299
- XII** — *Os cargos públicos* ..... 300
- a) *Criação e extinção. Declaração de desnecessidade*, 300; b) *Classificação dos cargos*, 300 (Cargos em comissão, 301; Cargos de provimento efetivo, 301; Cargos vitalícios, 303); c) *Lotação dos cargos e “redistribuição”*, 303

<b>XIII</b>	— <i>O provimento em cargo público: conceito e formas</i> .....	304
	<i>a) Provimento autônomo ou originário</i> (Nomeação, 304; Posse, 305); <i>b) Provimentos derivados</i> , 306 (Provimento derivado vertical (promoção), 306; Provimento derivado horizontal (readaptação), 307; Provimento derivado por reingresso (reversão, aproveitamento, reintegração e recondução), 307)	
<b>XIV</b>	— <i>Direitos e vantagens dos servidores públicos estatutários</i> .....	308
	<i>a) Direitos e vantagens que beneficiam diretamente o servidor</i> , 308 (Direitos e vantagens de ordem pecuniária, 308; Direitos de ausência ao serviço, 311; Aposentadoria, 316); <i>b) Direitos e vantagens em prol de dependentes do servidor</i> , 316	
<b>XV</b>	— <i>Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários</i> .....	318
	<i>Prescrição</i> , 321	
<b>XVI</b>	— <i>Sindicância e processo administrativo</i> .....	321
<b>XVII</b>	— <i>Limites ao poder de emendar a Constituição e a situação dos atuais servidores</i> .....	326
<b>PARTE III — AS VIAS TÉCNICO-JURÍDICAS DE AÇÃO ADMINISTRATIVA</b> .....		333
Capítulo VI — <i>O REGULAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO</i>		
<b>I</b>	— <i>Introdução</i> .....	335
<b>II</b>	— <i>Espécies de regulamento no Direito europeu</i> .....	337
<b>III</b>	— <i>O regulamento previsto no art. 84, VI, da Constituição Brasileira</i> .....	338
<b>IV</b>	— <i>Conceito de regulamento no Direito brasileiro</i> .....	339
<b>V</b>	— <i>Diferenças entre lei e regulamento no Direito brasileiro</i> .....	340
<b>VI</b>	— <i>O regulamento ante o princípio da legalidade no Brasil</i> .....	340
<b>VII</b>	— <i>Finalidade e natureza da competência regulamentar</i> .....	347
<b>VIII</b>	— <i>Limites ao regulamento no Direito brasileiro: a delegação legislativa disfarçada</i> .....	350
<b>IX</b>	— <i>O objeto da competência regulamentar</i> .....	356
<b>X</b>	— <i>Diferenças entre lei e regulamento quanto às garantias do administrado</i> .....	362
<b>XI</b>	— <i>Resoluções, instruções e portarias</i> .....	365

## Capítulo VII — ATOS ADMINISTRATIVOS

<b>I</b>	— <b>Considerações introdutórias</b>	
	a) <i>Distinção entre fatos jurídicos e atos jurídicos</i> , 367; b) <i>O problema da conceituação do ato administrativo</i> , 371; c) <i>Os conceitos jurídicos</i> , 372; d) <i>Historicidade dos conceitos jurídicos</i> , 374; e) <i>Funcionalidade e não "verdade" dos conceitos</i> , 375; f) <i>Critério básico para conceituação do ato administrativo</i> , 378	
<b>II</b>	— <b>Atos da Administração e atos administrativos</b> .....	378
<b>III</b>	— <b>Conceito de ato administrativo</b> .....	380
<b>IV</b>	— <b>Perfeição, validade e eficácia</b> .....	382
<b>V</b>	— <b>Requisitos do ato administrativo</b> .....	384
<b>VI</b>	— <b>Elementos do ato</b> <i>Conteúdo</i> , 388; <i>Forma</i> , 389	
<b>VII</b>	— <b>Pressupostos do ato</b> 1) <i>Pressupostos de existência</i> , 389; 2) <i>Pressupostos de validade</i> : A) <i>Sujeito (pressuposto subjetivo)</i> , 391; B) <i>Motivo (pressuposto objetivo)</i> , 391 (Motivo do ato e motivo legal, 392; Motivo e móvel, 393; O papel da vontade no ato administrativo, 393; Motivo e motivação, 394; O dever de motivar e as conseqüências de sua violação, 395; Teoria dos motivos determinantes, 398); C) <i>Requisitos procedimentais (pressuposto objetivo)</i> , 398; D) <i>Finalidade (pressuposto teleológico)</i> , 399 (Teoria do desvio de poder, 400); E) <i>Causa (pressuposto lógico)</i> , 402; F) <i>Formalização (pressuposto formalístico)</i> , 405	
<b>VIII</b>	— <b>O silêncio no Direito Administrativo</b> .....	407
<b>IX</b>	— <b>Atributos dos atos administrativos</b> .....	411
	<i>Casos em que cabe executoriedade</i> , 415; <i>Defesas contra a executoriedade</i> , 416	
<b>X</b>	— <b>Classificação dos atos administrativos</b> .....	416
	a) <i>Quanto à natureza da atividade</i> , 416; b) <i>Quanto à estrutura do ato</i> , 417; c) <i>Quanto aos destinatários do ato</i> , 418; d) <i>Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática</i> , 418; e) <i>Quanto à função da vontade administrativa</i> , 418; f) <i>Quanto aos efeitos</i> , 419; g) <i>Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados</i> , 419; h) <i>Quanto à situação de terceiros</i> , 421; i) <i>Quanto à composição da vontade produtora do ato</i> , 421; j) <i>Quanto à formação do ato</i> , 421; l) <i>Quanto à natureza das situações jurídicas que criam</i> , 422; m) <i>Quanto à posição jurídica da Administração</i> , 423	



XI	— Vinculação e discricionariedade .....	423
XII	— Atos administrativos “in specie” <i>Em função do conteúdo, 431; Como formas de manifestação de outros atos, 433</i>	
XIII	— Procedimento (ou processo) administrativo .....	436
XIV	— Panorama da extinção dos atos administrativos .....	438
XV	— Revogação <i>Conceito, 442; Sujeito ativo da revogação, 442; Objeto da revogação, 443; Fundamento da revogação, 444; Motivos da revogação, 446; Efeitos da revogação, 447; Natureza do ato revogador, 448; Limites ao poder de revogar, 449; Revogação e indenização, 450</i>	
XVI	— Coisa julgada administrativa .....	452
XVII	— Invalidade dos atos administrativos .....	454
	<i>Sujeitos ativos da invalidação, 455; Objeto da invalidação, 455; Fundamento da invalidação, 456; Motivo da invalidação, 457; Forma da invalidação, 457; Efeitos da invalidação, 459; Classificação da invalidade segundo a doutrina brasileira, 459; Atos irregulares, 463; Comentários às diferentes teorias, 461; O grau de intolerância em relação a categorias de atos inválidos, 465; Convalidação, 466; Convalidação e invalidação: poder ou dever?, 468; Identificação dos atos inexistentes, dos nulos e dos anuláveis, 470; Regime dos atos inválidos, 471; Invalidação e dever de indenizar, 473; Direito de resistência contra atos inválidos, 475</i>	
XVIII	— Regime jurídico dos atos inexistentes, dos nulos e anuláveis: comparação .....	476
XIX	— Diferenças entre revogação e invalidação .....	478

## Capítulo VIII — O PROCEDIMENTO (OU PROCESSO) ADMINISTRATIVO

I	— Conceito de procedimento administrativo .....	479
	<i>Procedimento e ato complexo, 485</i>	
II	— Requisitos do procedimento .....	486
III	— Importância do procedimento administrativo. <i>Atualidade do tema .....</i>	487
IV	— Objetivos do processo ou procedimento .....	490
V	— Espécies de procedimento .....	491
VI	— Fases do processo ou procedimento .....	493
VII	— Princípios do procedimento .....	494
VIII	— Fundamentos constitucionais dos princípios do procedimento administrativo .....	499

<b>IX</b>	— <b>Obrigatoriedade da adoção de procedimento administrativo formalizado</b> .....	503
<b>X</b>	— <b>O processo (ou procedimento) na legislação federal</b> .....	505
	<i>Âmbito de abrangência, 505; Competência, 506; Princípios do processo e garantias do administrado, 506; Sequência processual, 511; Prazos processuais, 515; Revogação, anulação e convalidação, 516</i>	
<b>Capítulo IX — LICITAÇÃO</b>		
<b>I</b>	— <b>Conceito e finalidades</b> .....	517
<b>II</b>	— <b>A legislação sobre licitação</b> .....	520
	<i>Normas gerais de licitação e contratos, 524</i>	
<b>III</b>	— <b>Os princípios da licitação</b> .....	525
<b>IV</b>	— <b>Quem está obrigado a licitar</b> .....	530
<b>V</b>	— <b>Os pressupostos da licitação</b> .....	532
<b>VI</b>	— <b>O objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade de licitação</b> .....	534
	<i>Bens singulares, 534; Serviços singulares, 535; Sistematização legal dos casos excludentes de licitação, 536; Os casos qualificados pela lei como de licitação dispensável, 536; Inexigibilidade de licitação, 541; Serviços técnicos de natureza singular, 544; Justificação de dispensas e de inexigibilidade, 546; Licitação proibida, 547</i>	
<b>VII</b>	— <b>Modalidades da licitação</b> .....	547
	<i>Prazos e formas de publicidade nas modalidades de licitação, 554; Comparação entre concorrência, tomada de preços e convite, 555; Pregão e consulta, 556 (Procedimento do pregão, 557); Registros cadastrais, 562; O registro de preços, 563; Comissões de licitação, 564; Licitações de grande vulto e licitações de alta complexidade técnica, 564; Alienação de bens, 565; Licitações internas e licitações internacionais, 566</i>	
<b>VIII</b>	— <b>Etapas interna e externa da licitação</b> .....	567
	<i>Requisitos para instauração de licitação, 568; Vedações nas licitações, 568</i>	
<b>IX</b>	— <b>Fases da licitação</b> .....	570
	<i>Exame dos afluentes à licitação, 570; Exame das propostas, 571; Confirmação do resultado e outorga do objeto, 571; Esquema analítico das fases, 573; Sequência procedimental da concorrência, 573</i>	
<b>X</b>	— <b>O edital</b> .....	576
	<i>Vícios do edital, 578</i>	



<b>XI</b>	— <b>A habilitação</b> .....	579
	<i>Documentos substitutivos para habilitação, 585; Consórcios, 586; Habilitação de empresa estrangeira em licitação internacional; compras de bens no Exterior, 586; Comparecimento de um único licitante, 587; Pré-qualificação, 587; Descabimento de rigorismos inúteis na habilitação, 588; Efeito jurídico da habilitação, 588; Vícios da habilitação, 589</i>	
<b>XII</b>	— <b>O julgamento</b> .....	590
	<i>Requisitos das propostas, 590; Objetividade do julgamento, 594; Classificação, 594; Desempate entre as propostas, 594; Os “tipos” de licitação, 594; Equanimidade de tratamento entre licitantes estrangeiros e nacionais, 597; Classificação de uma só proposta, 598; Vícios da classificação, 598; Efeito jurídico da classificação, 599</i>	
<b>XIII</b>	— <b>Homologação e adjudicação</b> .....	599
<b>XIV</b>	— <b>Regras especiais para licitações com financiamento internacional e para compras de bens efetuadas no Exterior</b> .....	600
<b>XV</b>	— <b>Recursos administrativos</b> .....	601
<b>XVI</b>	— <b>O procedimento licitatório e suas conseqüências</b> .....	602
	<i>Licitação e direito ao subsequente contrato, 602; Revogação da licitação, 602; Anulação da licitação, 603</i>	
<b>XVII</b>	— <b>Crimes</b> .....	606
<b>XVIII</b>	— <b>Licitação e mandado de segurança</b> .....	606
 <b>Capítulo X — O CONTRATO ADMINISTRATIVO</b>		
<b>I</b>	— <b>Introdução</b> .....	608
	<i>Peculiaridades do contrato administrativo, 609</i>	
<b>II</b>	— <b>O contrato administrativo no Direito francês</b> .....	610
<b>III</b>	— <b>O contrato administrativo na doutrina brasileira</b> .....	612
<b>IV</b>	— <b>Conceito de contrato administrativo</b> .....	614
<b>V</b>	— <b>Características do chamado “contrato administrativo”</b> ....	616
	<i>A lógica do contrato administrativo, 617</i>	
<b>VI</b>	— <b>O contrato administrativo no Direito Positivo brasileiro</b> .....	618
	<i>Alteração unilateral do contrato, 620; Alteração bilateral do contrato, 621; Extinção unilateral do contrato, 622; Outras hipóteses de extinção, 622; A “exceptio non adimpleti contractus”, 623; Prazo e prorrogação dos contratos, 623; Formalidades do contrato administrativo, 625; Eficácia dos contratos administrativos, 626; Os pagamentos devidos ao contratado; correção monetária; rea-</i>	

*juste e recomposição de preços no Direito Positivo (imprevisão, fato do príncipe e sujeições imprevistas), 626; Sanções administrativas e penais por ocasião dos contratos administrativos, 633*

<b>VII</b>	— <b><i>Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo</i></b> .....	635
	<i>O âmbito de proteção do equilíbrio econômico-financeiro e o Direito Positivo brasileiro, 637; O contrato administrativo e o dever de boa-fé, 642</i>	
<b>VIII</b>	— <b><i>A cláusula “rebus sic stantibus”</i></b> .....	644
<b>IX</b>	— <b><i>A teoria da imprevisão</i></b> .....	645
<b>X</b>	— <b><i>As cláusulas de reajustes de preços</i></b> .....	648
<b>XI</b>	— <b><i>Os reajustes e os índices oficiais</i></b> .....	649
<b>XII</b>	— <b><i>Obrigações do Estado derivadas de contratos inválidos ou “inexistentes”</i></b> .....	652
<b>XIII</b>	— <b><i>Os quase-contratos e o enriquecimento sem causa</i></b> .....	653
<b>XIV</b>	— <b><i>Convênios e consórcios</i></b> .....	657
 <b>PARTE IV — AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS</b> .....		661
 <b>Capítulo XI — SERVIÇO PÚBLICO E OBRA PÚBLICA</b>		
<b>I</b>	— <b><i>Conceito de serviço público</i></b> .....	664
	<i>a) Substrato material da noção de serviço público, 668; b) Elemento formal caracterizador do serviço público: seu regime jurídico, 670; Princípios do serviço público, 670</i>	
<b>II</b>	— <b><i>Titularidade do serviço e titularidade da prestação</i></b> .....	675
<b>III</b>	— <b><i>Serviços públicos e outras atividades estatais</i></b> .....	676
	<i>Serviço público e obra pública, 676; Serviço público e poder de polícia, 677; Serviço público e exploração estatal de atividade econômica, 679</i>	
<b>IV</b>	— <b><i>Serviços públicos por determinação constitucional</i></b> .....	680
<b>V</b>	— <b><i>Imposições constitucionais quanto aos serviços públicos no Brasil</i></b> .....	682
	<i>a) Serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, 682; b) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar e obrigação de conceder, 683; c) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar, mas sem exclusividade, 683; d) Serviços que o Estado não é obrigado a prestar, mas, não os prestando, terá de promover-lhes a prestação, mediante concessão ou permissão, 683</i>	
<b>VI</b>	— <b><i>Os serviços públicos e a dubiedade da expressão “autorização” na Constituição</i></b> .....	684

VII	— <i>Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público</i> .....	685
VIII	— <i>Serviços públicos e serviços governamentais</i> .....	687
IX	— <i>Obra pública</i> <i>Conceito, 690; Modalidades de execução indireta, 690;</i> <i>Obra de grande vulto, 691; Obra de imenso vulto, 692;</i> <i>Garantia de execução, 693; Fiscalização da obra, 693;</i> <i>Recebimento da obra, 693; Responsabilidade pela obra,</i> <i>694</i>	
<p>Capítulo XII — <b>CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E SEUS REGIMES JURÍDICOS</b></p>		
I	— <i>Concessão de serviços públicos: conceito e noções gerais</i> .....	696
	<i>A exploração do serviço como forma de remuneração, 697; Concessão e permissão de serviço público na Constituição e as leis editadas para cumpri-la, 698; Impropriedade das definições legais, 701; Natureza dos serviços suscetíveis de serem concedidos, 705; Natureza jurídica da concessão de serviço público e suas conseqüências, 706</i>	
II	— <i>Forma e condições da outorga do serviço em concessão</i> .....	708
	<i>Licitação das concessões, 710; O “contrato” de concessão, 716; Transferência da concessão — Transferência do controle acionário da concessionária e a subconcessão, 717; Direitos emergentes da concessão como garantias de financiamento, 719</i>	
III	— <i>O prazo nas concessões e sua prorrogação</i> .....	720
IV	— <i>Os poderes do concedente</i> .....	722
V	— <i>Os direitos do concessionário</i> .....	727
	<i>Remuneração do concessionário, 728</i>	
VI	— <i>As tarifas</i> .....	729
	<i>As fontes paralelas (alternativas, complementares) de receita do concessionário, 732; O equilíbrio econômico-financeiro na concessão de serviço público (ou obra pública), 732</i>	
VII	— <i>Os direitos dos usuários</i> .....	737
VIII	— <i>Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos</i> .....	741
IX	— <i>A reversão dos bens</i> .....	746



X	— <i>Síntese da composição patrimonial no encerramento da concessão</i> .....	749
XI	— <i>Responsabilidade do concessionário e subsidiária do Estado pelos danos a terceiros causados em razão do serviço</i> .....	750
XII	— <i>Permissão de serviço público</i> .....	752
XIII	— <i>Situações transitórias na lei de concessões</i> .....	763
XIV	— <i>A parceria público-privada (PPP)</i> .....	766
	<i>Valor, prazo e objeto das parcerias público-privadas, 768; Modalidades, 768; Concessão administrativa: a falsa concessão, 770; Benefícios aos contratados nas parcerias público-privadas: vantagens e garantias, 772; Garantias ofertáveis ao financiador do parceiro privado, 773; O contrato de parceria: gestão por sociedade de propósito específico, 774; O contrato de parceria: liberação de pagamentos ao parceiro privado, 774; O contrato de parceria: diretrizes e cláusulas contratuais, 774; Repartição de riscos. Garantias exigidas do parceiro privado. Repartição de ganhos, 776; Licitação nas parcerias público-privadas, 777; Disposições aplicáveis apenas à União, 778; Inconstitucionalidades da lei das parcerias público-privadas, 779 (Vinculação de receitas, 780; Fundos especiais, 780; Empresa estatal garantidora, 783; Mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive arbitragem, 783; Assunção, por financiador, do controle da sociedade de propósitos específicos, 783)</i>	

### Capítulo XIII — **INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E NO DOMÍNIO SOCIAL**

I	— <i>Introdução</i> .....	785
II	— <i>Intervenção do Estado no domínio econômico</i> <i>Conceito de atividade econômica em nossa Constituição, 788; Valorização do trabalho humano, 790; Liberdade de iniciativa, 790; Atividades privadas sob regime especial, 795; Função social da propriedade, 795; Livre concorrência e repressão ao abuso do poder econômico, 797; CADE: organização e funções, 797; Secretaria de Direito Econômico — SDE, 799; Infrações à ordem econômica, 799; Sanções por infrações à ordem econômica, 801; Acordo de leniência, 802; Defesa do consumidor, 803; Monopólio, 806</i>	
III	— <i>Intervenção do Estado no domínio social</i> .....	806

Capítulo XIV — *PODER DE POLÍCIA*

<i>I</i>	— <i>Introdução</i> .....	811
<i>II</i>	— <i>Sentido amplo e sentido estrito do poder de polícia</i> .....	815
<i>III</i>	— <i>Fundamento da polícia administrativa</i> .....	816
<i>IV</i>	— <i>Supremacia geral e supremacia especial</i> .....	817
<i>V</i>	— <i>Essência do poder de polícia</i> .....	822
	<i>Traços característicos, 824</i>	
<i>VI</i>	— <i>Polícia administrativa e polícia judiciária</i> .....	826
<i>VII</i>	— <i>Atos através dos quais se expressa a polícia administrativa</i> .....	828
<i>VIII</i>	— <i>O poder de polícia é discricionário?</i> .....	829
<i>IX</i>	— <i>Definição de polícia administrativa</i> .....	830
<i>X</i>	— <i>Polícia geral e polícia especial</i> .....	830
<i>XI</i>	— <i>Delegação de atos de polícia administrativa</i> .....	832
<i>XII</i>	— <i>Executoriedade das medidas de polícia administrativa</i> ..	834
<i>XIII</i>	— <i>Polícia administrativa e o princípio da proporcionalidade contra abusos da Administração</i> .....	836
<i>XIV</i>	— <i>Setores da polícia administrativa</i> .....	837
<i>XV</i>	— <i>Polícia administrativa da União, Estados e Municípios</i> ...	837

Capítulo XV — *INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS*

<i>I</i>	— <i>Conceito</i> .....	840
<i>II</i>	— <i>Finalidades</i> .....	841
<i>III</i>	— <i>Sujeito infrator e sujeito responsável subsidiário</i> .....	842
<i>IV</i>	— <i>“Excludentes” da infração ou da sanção</i> .....	843
<i>V</i>	— <i>Princípios</i> .....	843
	<i>a) Princípio da legalidade, 843; b) Princípio da anterioridade, 845; c) Princípio da tipicidade, 845; d) Princípio da exigência de voluntariedade para incursão na infração, 848; e) Princípio da proporcionalidade, 849; f) Princípio do devido processo legal, 850; g) Princípio da motivação, 851</i>	
<i>VI</i>	— <i>Providências acautelatórias</i> .....	852
<i>VII</i>	— <i>Classificações das sanções: sanções transmissíveis sanções intransmissíveis</i> .....	853
<i>VIII</i>	— <i>Multas</i> .....	855
<i>IX</i>	— <i>Dever de sancionar</i> .....	856

Capítulo XVI — **DESAPROPRIAÇÃO**

<b>I</b>	— <i>Conceito</i> .....	858
<b>II</b>	— <i>Fundamentos da desapropriação</i> .....	863
<b>III</b>	— <i>Desapropriação: forma originária de aquisição da propriedade</i> .....	864
<b>IV</b>	— <i>Requisitos da desapropriação</i> .....	865
<b>V</b>	— <i>Competência para legislar sobre desapropriação; competência para desapropriar e competência para promover desapropriação</i> .....	867
<b>VI</b>	— <i>Objeto da desapropriação</i> .....	868
<b>VII</b>	— <i>Beneficiários da desapropriação</i> .....	870
<b>VIII</b>	— <i>Fases do procedimento expropriatório</i> .....	870
<b>IX</b>	— <i>A declaração de utilidade pública</i> .....	871
<b>X</b>	— <i>A imissão provisória de posse</i> .....	874
<b>XI</b>	— <i>A justa indenização. Juros. Correção monetária. Outras despesas. Honorários de advogados</i> .....	877
<b>XII</b>	— <i>Momento em que se consuma a desapropriação</i> .....	881
<b>XIII</b>	— <i>Desapropriação por zona</i> .....	881
<b>XIV</b>	— <i>Desapropriação indireta</i> .....	882
<b>XV</b>	— <i>Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação</i> .....	883
<b>XVI</b>	— <i>Retrocessão e direito de preferência violado</i> .....	884
<b>XVII</b>	— <i>Requisição</i> .....	897
<b>XVIII</b>	— <i>Servidão administrativa</i> .....	899

Capítulo XVII — **GESTÃO DOS BENS PÚBLICOS**

<b>I</b>	— <i>Conceito</i> .....	903
<b>II</b>	— <i>Os bens com relação à sua destinação</i> .....	904
<b>III</b>	— <i>Afetação e desafetação dos bens públicos</i> .....	905
<b>IV</b>	— <i>Regime jurídico dos bens públicos</i> .....	905
<b>V</b>	— <i>Os bens quanto à sua natureza física</i> .....	907
	<i>a) Bens do domínio hídrico, 908; b) Bens do domínio terrestre, 909 (Domínio do solo, 909; Domínio do subsolo, 913)</i>	
<b>VI</b>	— <i>Formas de aquisição e alienação de bens públicos</i> .....	914
<b>VII</b>	— <i>Formas de utilização dos bens públicos pelos administrados</i> .....	915
	<i>a) Utilização dos bens de uso comum, 915; b) Utilização dos bens de uso especial, 919; c) Utilização dos bens dominicais, 920</i>	



<b>PARTE V — O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO .....</b>	<b>925</b>
<b>Capítulo XVIII — PANORAMA DO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	
<b>I — Controle interno e externo .....</b>	<b>927</b>
a) Controle interno, 929; b) Controle externo, 930	
<b>II — Controle parlamentar direto .....</b>	<b>930</b>
a) Sustação de atos e contratos do Executivo, 930; b) Con- vocação de Ministros e requerimentos de informa�es; recebimento de peti�es, queixas e representa�es dos administrados e convoca�o de qualquer autoridade ou pessoa para depor, 930; c) Comissões Parlamentares de Inquérito, 931; d) Autoriza�es ou aprova�es do Con- gresso necessárias para atos concretos do Executivo, 931; e) Poderes controladores privativos do Senado, 932; f) Julgamento das contas do Executivo, 932; g) Suspensão e destitui�o ("impeachment") do Presidente ou de Minis- tros, 933	
<b>III — Controle pelo Tribunal de Contas .....</b>	<b>933</b>
a) Compostura e composi�o do Tribunal de Contas, 933; b) Parecer prévio sobre as contas do Presidente, 934; c) Julgamento das contas dos administradores públicos, 935	
<b>IV — Controle jurisdicional (panorama) .....</b>	<b>936</b>
a) "Habeas corpus", 943; b) Mandado de segurança, 944; c) "Habeas data", 945; d) Mandado de injun�o, 945; e) A�o popular, 946; f) A�o civil pública, 946; g) A�o direta de inconstitucionalidade, 947	
<b>Capítulo XIX — DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E CONTROLE JUDICIAL</b>	
<b>I — Introdu�o .....</b>	<b>948</b>
<b>II — Princípio da legalidade .....</b>	<b>950</b>
<b>III — Vincula�o e discricionariedade .....</b>	<b>951</b>
M�rito do ato, 955	
<b>IV — Fundamentos da discricionariedade .....</b>	<b>955</b>
<b>V — Estrutura l�gico-normativa da discricionariedade .....</b>	<b>958</b>
<b>VI — Conceito de discricionariedade .....</b>	<b>962</b>
<b>VII — Limites da discricionariedade .....</b>	<b>963</b>
<b>VIII — Extens�o do controle judicial .....</b>	<b>967</b>
a) Exame dos motivos, 967; b) Exame da finalidade: o desvio de poder, 969; c) Exame da causa do ato, 973	

<b><i>IX</i></b>	<b>— <i>Relatividade da competência discricionária</i></b> .....	<b>973</b>
<b><i>X</i></b>	<b>— <i>Conclusão</i></b> .....	<b>980</b>

**Capítulo XX — RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL  
EXTRACONTRATUAL DO ESTADO POR  
COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS**

<b><i>I</i></b>	<b>— <i>Introdução</i></b> .....	<b>983</b>
<b><i>II</i></b>	<b>— <i>Responsabilidade e sacrifício de direito</i></b> .....	<b>984</b>
<b><i>III</i></b>	<b>— <i>Originalidade da responsabilidade pública</i></b> .....	<b>986</b>
<b><i>IV</i></b>	<b>— <i>A responsabilidade do Estado e o Estado de Direito</i></b> .....	<b>989</b>
<b><i>V</i></b>	<b>— <i>Evolução da responsabilidade por atos administrativos</i></b> .....	<b>990</b>
	<i>a) Princípio da irresponsabilidade do Estado, 990; b) Princípio da responsabilidade do Estado, 992; c) Responsabilidade subjetiva do Estado, 992; d) Responsabilidade objetiva do Estado, 995</i>	
<b><i>VI</i></b>	<b>— <i>Fundamentos da responsabilidade do Estado</i></b> .....	<b>996</b>
<b><i>VII</i></b>	<b>— <i>Questões capitais sobre a responsabilidade estatal</i></b> .....	<b>997</b>
<b><i>VIII</i></b>	<b>— <i>Os sujeitos que comprometem o Estado</i></b> .....	<b>997</b>
<b><i>IX</i></b>	<b>— <i>Caracteres da conduta lesiva ensejadora de responsabilidade</i></b> .....	<b>999</b>
	<i>a) Danos por ação do Estado, 1000; b) Danos por omissão do Estado, 1002; c) Danos dependentes de situação apenas propiciada pelo Estado, 1007</i>	
<b><i>X</i></b>	<b>— <i>O dano indenizável</i></b> .....	<b>1010</b>
<b><i>XI</i></b>	<b>— <i>Excludentes da responsabilidade do Estado</i></b> .....	<b>1013</b>
<b><i>XII</i></b>	<b>— <i>A responsabilidade do Estado no Brasil</i></b>	
	<i>a) Introdução, 1015; b) Evolução normativa da responsabilidade do Estado no Brasil, 1017; c) Responsabilidade subjetiva ou objetiva como regra no Direito vigente, 1020; d) Responsabilidade patrimonial do agente por danos a terceiros, 1023; e) Responsabilidade estatal na jurisprudência brasileira, 1032; f) A forma de efetivação da responsabilidade do Estado, 1035</i>	

**Capítulo XXI — A PRESCRIÇÃO NO DIREITO  
ADMINISTRATIVO**

<b><i>I</i></b>	<b>— <i>Prescrição, decadência e preclusão</i></b> .....	<b>1038</b>
<b><i>II</i></b>	<b>— <i>Prescrição (ou outro prazo extintivo) da pretensão do administrado a pleitear direito na via administrativa</i></b> .....	<b>1040</b>

III	— Prescrição de ações judiciais do administrado contra o Poder Público .....	1041
IV	— Pretensões da Administração contra o administrado .....	1044
V	— “Prescrição” da possibilidade de a Administração prover, ela própria, sobre certa específica situação .....	1044
VI	— Prescrição das ações judiciais contra o administrado ....	1046

APÊNDICE — O NEOCOLONIALISMO E O DIREITO  
ADMINISTRATIVO BRASILEIRO

I	— Introdução .....	1049
II	— A globalização, o neocolonialismo e a “reforma” do Estado .....	1054
III	— Os reflexos da globalização no mundo jurídico brasileiro ..	1058
IV	— Conclusão .....	1062

ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES .....	1065
-----------------------------------	------

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO .....	1071
-----------------------------------	------